

**ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA
SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às dez horas e um minuto, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para proceder à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. *"Ata da Quinquagésima Sétima Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado João César Mattogrosso e secretariada pelos deputados Antonio Vaz e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Sessenta e Cinco da Quinquagésima Sexta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 199.891 e 201.480/2026, do Ministério dos Transportes; Ofício nº 62.588/2026, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Antonio Vaz, Gleice Jane e Lidio Lopes. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Coronel David, Paulo Corrêa, Marcio Fernandes, Jamilson Name e Professor Rinaldo Modesto. GRANDE EXPEDIENTE – Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 246/2025, de autoria da deputada Gleice Jane. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 258/2025, de autoria do deputado Lucas de Lima; Projeto de Lei nº 74/2026, de autoria do Poder Executivo. Foi pedido vista pelo deputado Coronel David, ao requerimento de moção de protesto, Protocolo nº 01927/2026, de autoria do deputado Pedro Kemp. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada aos familiares de José Machado Sobrinho; requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçadas aos familiares de Maria Aparecida Dantas e Amancia*

*Candado Cariaga; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Zeca do PT, endereçada aos familiares de Almir da Silva Martins; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Juraci de Almeida Vaz; requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares de Marcelo Pimenta da Silva; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada aos familiares de Amâncio Benjamim de Melo; requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada aos familiares de Maria do Carmo de Souza Ramos; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João César Mattogrosso, endereçada ao senhor Eduardo Romero, por sua escolha para representar o Brasil na Missão Palawan, nas Filipinas, iniciativa internacional voltada à criação de um novo museu na província de Palawan; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada ao cabo PM Abner Moreira Brito, ao soldado PM Lyncon Marques Ribeiro, bem como ao tenente-coronel Antônio Neto, comandante da 13ª Companhia Independente da Polícia Militar de Ribas do Rio Pardo. Foi pedido vista pelo deputado João César Mattogrosso, dos requerimentos de informações de autoria da deputada Gleice Jane, Protocolos nºs 01680 a 01683/2026; indicações, de autoria dos deputados Jamilson Name, Renato Câmara, Lia Nogueira, Professor Rinaldo Modesto, Zé Teixeira, Lucas de Lima, Paulo Duarte, Caravina, Pedro Kemp, Junior Mochi, Mara Caseiro, João César Mattogrosso, Antonio Vaz, Hashioka e Marcio Fernandes. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dois de julho do ano de dois mil e vinte e seis”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para proceder à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PL) — Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas e todos os presentes à Sessão. Expediente da Sessão Ordinária do dia 7 de julho de 2026: Ofício nº 206.925/2026, do Ministério dos Transportes, respondendo à indicação do deputado Zé Teixeira; Ofício nº 0552/2026 (eletrônico), da Caixa Econômica Federal, encaminhando Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União (Prot. nº 2.006/2026); Ofício nº 2.066/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Renato Câmara (Prot. nº 1.309/2026); Ofícios nºs 287, 302, 303 e 304/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Lia Nogueira, Gleice Jane e Pedro Kemp (Prot. nºs 977/2025, 755/2026, 1.030/2026, 995/2025). Senhor presidente, foi lido o expediente. Bom dia, deputado Zé Teixeira.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Quero registrar e agradecer a presença dos senhores vereadores Emerson Ricardo e professor Jackson Machado, do município de Aral Moreira. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Pela ordem de inscrição, com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar uma moção de congratulação. Solicito à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173 do Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação ao Excelentíssimo Senhor desembargador Dorival Renato Pavan, presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, com cópia à Excelentíssima Senhora desembargadora Sandra Regina da Silva Ribeiro Artioli, coordenadora do Comitê de Gênero, Raça e Diversidade do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; ao senhor Romão Ávila Milhan Junior, procurador-geral de Justiça do Ministério Público Estadual; ao senhor Lupércio Degerone Lucio, delegado-geral da Polícia Civil; e ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, pela assinatura do Termo de Cooperação para Implantação do Formulário Rogéria, criado para identificar fatores de risco relacionados à violência e à violação de direitos contra pessoas LGBTQIAPN+. A iniciativa representa importante avanço no fortalecimento da rede de proteção à população LGBTQIAPN+, promovendo a atuação integrada entre o sistema de justiça, os órgãos de segurança pública e as instituições responsáveis pela garantia dos direitos humanos. Além disso, o Formulário Rogéria possibilita a identificação de fatores de risco, contribuindo para a adoção de medidas mais céleres e eficazes na prevenção e no enfrentamento da violência e da discriminação contra essa população. A celebração do Termo de Cooperação demonstra o compromisso das instituições signatárias com a implementação de políticas públicas voltadas à promoção da dignidade, da igualdade e do acesso à justiça, fortalecendo a proteção das pessoas LGBTQIAPN+ por meio de uma atuação articulada, humanizada e baseada em protocolos nacionais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça. Também, senhor presidente, quero apresentar uma indicação deste Poder ao senhor Ubiratã Rebouças Chaves, diretor-executivo da Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando a adoção das medidas necessárias para a transferência das moradias irregulares que ocupam o terreno do Centro de Educação Infantil Oscar — Obras Sociais e Comunitárias do Aero Rancho —, em Campo Grande. A solicitação foi encaminhada pela associação, que pediu o apoio deste mandato para levar às autoridades competentes medidas que possibilitem a transferência das moradias irregulares que ocuparam o terreno onde funciona a unidade de educação infantil, uma vez que, conforme as informações encaminhadas, a presença de pessoas estranhas ao ambiente escolar, circulando pela mesma área em que são desenvolvidas as atividades pedagógicas, causa preocupação à comunidade local, especialmente às crianças

atendidas, aos professores e aos demais profissionais da educação lotados na unidade. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Senhor presidente, vou fazer a leitura de algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Rodrigo Perez Ramos; ao senhor prefeito municipal de Deodápolis, Jean Carlos Silva Gomes; e ao diretor-presidente da Energisa, senhor Paulo Roberto dos Santos, solicitando a extensão da rede de distribuição de energia elétrica na rua RSD, no distrito de Lagoa Bonita, município de Deodápolis. Apresento, ainda, outra indicação ao senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando a aquisição e destinação de cinco aparelhos de ar-condicionado de 30.000 BTUs e de duas máquinas copiadoras de grande porte para atender à Escola Estadual Santiago Benito, no município de Paranhos. Também encaminho indicação ao senhor Rodrigo Perez Ramos e ao superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), senhor Paulo Roberto da Silva, solicitando, em caráter de urgência, apoio com a disponibilização dos equipamentos necessários, orientação técnica e a execução de serviços de curvas de nível nas propriedades rurais com maior declive, localizadas no Assentamento Teijin, distrito de Nova Casa Verde, município de Nova Andradina. Por fim, senhor presidente, apresento projeto de resolução para conceder a Comenda do Mérito Legislativo Sul-Mato-Grossense ao senhor Edson Dutra de Souza. Artigo 1º - Fica concedida a Comenda do Mérito Legislativo Sul-Mato-Grossense ao senhor Edson Dutra de Souza. Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Justificativa anexa. Era só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, senhor presidente e nobres pares. Senhor presidente, tenho aqui uma indicação ao senhor governador do Estado, com cópia ao senhor secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, propondo a adoção e a execução do Plano Integrado de Segurança Pública para as Fronteiras e Divisas, como documento orientador e programático estratégico, visando reforçar de forma imediata a presença do Estado, reduzir o poder das organizações criminosas e aumentar a capacidade de prevenção, investigação e repressão qualificada aos crimes transnacionais nas regiões fronteiriças de Mato Grosso do Sul. Senhor presidente, trago aqui esse Plano Integrado que estamos propondo ao Governo do Estado, o qual contempla diretrizes voltadas ao reforço imediato do efetivo, sobretudo da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Polícia Penal (Agepen):

a instituição de um Centro Integrado de Inteligência de Fronteiras e Divisas, com unidades em Corumbá e Ponta Porã; a criação de um Gabinete Permanente de Gestão das Fronteiras e Divisas; o reforço do efetivo do Departamento de Operações de Fronteira (DOF); a ampliação da utilização de tecnologias na segurança pública; o fortalecimento da segurança fluvial e do controle das rotas do tráfico e, sobretudo, o incremento da cooperação internacional e da proteção aos policiais. O que pretendemos com isso é reduzir a criminalidade e promover um combate efetivo ao crime organizado em Mato Grosso do Sul. Tenho aqui também, senhor presidente, um projeto de lei para instituir, no Estado de Mato Grosso do Sul, o Programa Permanente de Segurança de Fronteiras e Divisas, cuja finalidade é fortalecer a presença do Estado nas regiões de fronteira e divisas, mediante ações permanentes de prevenção, inteligência, repressão qualificada ao crime organizado e integração entre os órgãos de segurança pública. Apresento ainda, senhor presidente, com pesar, uma moção de pesar pelo falecimento do coronel PM Carlos Moreira Soares, ex-comandante-geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul. Seu falecimento ocorreu no dia 6 de julho, nesta cidade de Campo Grande, deixando um vazio imensurável em razão do trabalho incansável que desempenhou na Polícia Militar e também no Corpo de Bombeiros, mas, sobretudo, à frente do comando da Polícia Militar, onde se destacou por sua liderança humana, pela preocupação constante com a tropa e pelo respeito às pessoas, razão pela qual certamente deixará muita saudade entre todos nós. Somente isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha neste Plenário e também pela TV Alems e Rádio Alems. Trago hoje, senhor presidente, entre as minhas proposições, um requerimento para ser encaminhado ao senhor Marçal Filho, prefeito de Dourados; ao senhor Márcio Grey Alves Vidal de Figueiredo, secretário municipal de Saúde de Dourados; e à senhora Maria Isabel de Aguiar, diretora-presidente da Fundação de Serviços de Saúde de Dourados (Funsaud), solicitando que sejam encaminhadas a esta Casa de Leis informações detalhadas acerca da situação das camas hospitalares que foram retiradas do Hospital da Vida e armazenadas em condições inadequadas nos fundos da unidade, expostas ao relento. Trata-se de camas novas, em número expressivo, que atendiam uma unidade hospitalar de referência não apenas para a saúde de Dourados, mas também para cerca de trinta municípios da região. Essas camas foram viabilizadas por meio de uma emenda parlamentar do nosso mandato, destinada em 2023, cumprindo todo o processo licitatório exigido por lei. Trata-se de dinheiro público que está sendo desperdiçado justamente no momento em que Dourados vive um colapso na saúde. Diante dessa

situação, decidi apresentar este requerimento, por meio do qual estamos cobrando algumas informações do município de Dourados, entre elas qual será a destinação das camas hospitalares do Hospital da Vida que hoje estão armazenadas em diferentes locais do município. Algumas delas foram encontradas nos fundos do hospital, enquanto outras foram levadas para uma área do Estádio Douradão, em locais completamente inadequados, e não estamos falando, senhoras e senhores, de camas com defeito ou já inutilizadas, mas de camas novas, adquiridas com recursos públicos provenientes de emenda parlamentar, instrumento ao qual todos os parlamentares desta Casa têm acesso. Também questionamos quais motivos justificam o armazenamento dessas camas hospitalares ao relento, em locais inadequados, expondo o patrimônio público ao risco de deterioração; se existe um cronograma para sua redistribuição e utilização e, em caso positivo, quais são os prazos previstos; além de quais medidas serão adotadas para preservar esses equipamentos e evitar sua deterioração e o consequente desperdício do patrimônio público. Essa situação chegou ao nosso conhecimento na semana passada e estive pessoalmente no Hospital da Vida, onde nos deparamos com esse cenário inaceitável. Diante disso, entrei imediatamente em contato com o secretário municipal de Saúde de Dourados, que informou que a substituição ocorreu porque foram adquiridas outras camas, com colchões de maior densidade. No entanto, o que queremos saber é por que houve a substituição de camas novas, que vinham suprimindo uma deficiência histórica do Hospital da Vida, problema crônico de gestões anteriores, quando sequer havia leitos suficientes para receber os pacientes de Dourados e de toda aquela macrorregião. Na gestão passada, senhor presidente, havia camas improvisadas, amarradas com arame e, diante dessa realidade, buscamos recursos e destinamos uma emenda parlamentar de duzentos mil reais exclusivamente para essa finalidade. O problema foi resolvido, as camas foram entregues no final de 2024, não apresentavam qualquer defeito e, de repente, do dia para a noite, tudo isso foi substituído, ficando o dinheiro público exposto ao relento. Como parlamentares, cuja principal função é fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos, estamos apresentando este requerimento e aguardando que o município de Dourados, especialmente a Funsaud, preste os devidos esclarecimentos. A resposta que obtive do secretário municipal de Saúde foi a de que essas camas foram encaminhadas para um depósito, mas ele não soube informar qual será a sua destinação. Estamos falando de camas hospitalares novas e já recebemos, inclusive, ofícios de municípios da região, como Nova Andradina e Coronel Sapucaia, solicitando que, caso elas não tenham mais utilidade para Dourados, possam ser destinadas a outras cidades. Também fomos informados de que esses equipamentos pertencem atualmente ao patrimônio da Funsaud. Mas a pergunta que não quer calar é: para onde serão destinadas essas camas hospitalares? Reforço que elas foram adquiridas com recursos de uma emenda parlamentar de nosso mandato, apresentada em 2023, sendo os equipamentos entregues em novembro de 2024, após todo o regular processo licitatório.

Vale destacar ainda que as emendas parlamentares estão sujeitas a rigorosa prestação de contas, especialmente quando destinadas à área da saúde, razão pela qual não vamos nos calar diante dessa situação que ocorre hoje no município de Dourados. Repito: Dourados enfrenta um verdadeiro caos na saúde e, enquanto isso, dá-se ao luxo de substituir camas hospitalares novas, que atendiam usuários do SUS, deixando esse patrimônio público exposto ao relento. É uma situação inadmissível. Muito obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas e público que nos assiste. Venho hoje apresentar uma indicação e um requerimento de informações. A indicação é dirigida ao Ibama, para que acompanhe e fiscalize a elaboração e a execução do Plano de Gestão Ambiental da concessão da BR-262, bem como o cumprimento das condicionantes ambientais e das medidas de proteção à fauna silvestre pelo Consórcio Caminhos da Celulose. Apresento também um requerimento de informações ao Ibama e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), à Polícia Rodoviária Federal e ao Imasul, solicitando esclarecimentos sobre diversos aspectos relacionados ao seguinte contexto. Mato Grosso do Sul ocupa posição estratégica no cenário ambiental brasileiro por abrigar dois dos mais relevantes biomas do país, o Pantanal e o Cerrado, reconhecidos mundialmente por sua elevada diversidade biológica, pelo alto grau de endemismo e pela ocorrência de espécies ameaçadas de extinção. Ao mesmo tempo, o estado consolidou-se como importante corredor logístico nacional, responsável pelo escoamento da produção agropecuária, florestal, mineral e industrial e, nesse contexto, a BR-262 desempenha papel fundamental na integração regional e nacional. Entretanto, a expansão da infraestrutura de transporte, associada ao aumento do fluxo de veículos leves e pesados, à fragmentação dos habitats naturais e à supressão da conectividade entre as áreas de vegetação nativa, tem intensificado os conflitos entre a mobilidade rodoviária e a conservação da fauna silvestre. Com isso, os atropelamentos de animais deixaram de representar eventos isolados para se tornarem um dos principais impactos ambientais associados às rodovias brasileiras, comprometendo populações de espécies com baixas taxas de reprodução, reduzindo a conectividade ecológica e ocasionando significativos prejuízos à segurança dos usuários da via. Nesse sentido, a BR-262 figura entre as rodovias federais mais críticas com relação ao atropelamento de mamíferos de médio e grande porte, especialmente as antas. Temos recebido diversos questionamentos de pessoas que trafegam por essa rodovia e, na semana passada, estive em Três Lagoas, onde pude constatar pessoalmente animais atropelados e mortos às margens da estrada. Essa situação nos preocupa tanto pela necessidade de proteger a fauna, em especial as antas, que são animais de grande porte, quanto pelos riscos de acidentes envolvendo motoristas

e passageiros. Há registros de que, entre 2013 e 2019, ocorreram dezenas de acidentes envolvendo antas, com sessenta e cinco pessoas feridas e vinte e três óbitos decorrentes de colisões com esses animais na BR-262. Diante desse cenário, apresentamos uma indicação ao Ibama para que acompanhe essa situação com atenção especial e adote as providências necessárias, além de um requerimento de informações para que sejam prestados esclarecimentos sobre o acompanhamento dessas ocorrências e sobre as políticas efetivas voltadas à preservação do meio ambiente, à proteção da fauna silvestre e, igualmente, à segurança das pessoas, de modo a prevenir novos acidentes. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo Modesto.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO MODESTO (União Brasil) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, senhoras e senhores que prestigiam esta Sessão, bem como todos que nos acompanham pela Rádio e TV Alems. Senhor presidente, apresento nesta manhã um projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Pantanal Esporte Clube Futebol de Amputados de Mato Grosso do Sul (Apec-MS). Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Pantanal Esporte Clube Futebol de Amputados de Mato Grosso do Sul (Apec-MS), entidade privada, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Campo Grande. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. O presente projeto tem por finalidade declarar de utilidade pública a Apec-MS, entidade que desenvolve um importante trabalho de promoção do esporte adaptado, utilizando o futebol de amputados como instrumento de inclusão social, reabilitação física, fortalecimento da autoestima e valorização da pessoa com deficiência. Por meio de suas atividades, a associação contribui para a garantia do direito ao esporte, à cidadania e à participação social de seus atletas e beneficiários e, além de incentivar a prática esportiva, promove ações que estimulam a superação de desafios, a integração comunitária e a conscientização sobre a inclusão das pessoas com deficiência, desempenhando, assim, um relevante papel de interesse público no Estado de Mato Grosso do Sul. O reconhecimento da Apec-MS como entidade de Utilidade Pública Estadual representa uma medida de justiça e valorização do trabalho desenvolvido pela instituição, conferindo-lhe maior legitimidade institucional e possibilitando o acesso a mecanismos de apoio e parcerias com o poder público, sempre em benefício da coletividade. Registre-se, ainda, que a associação atende aos requisitos exigidos pela Lei nº 3.498, de 13 de fevereiro de 2008, para a concessão do título de Utilidade Pública Estadual, conforme documentação que acompanha a presente proposição. Assim, diante da relevância social das atividades desenvolvidas pela Associação Pantanal Esporte Clube Futebol de Amputados de Mato Grosso do Sul (Apec-MS), espera-se contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste projeto de lei. É o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, todos que nos honram com sua presença neste Plenário e também aqueles que nos acompanham pela TV Alems. Senhor presidente, quero fazer uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário e observadas as formalidades regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), Gil Márcio Franco, solicitando a realização de estudos técnicos e a adoção das providências necessárias para a recuperação da rodovia MS-384 (trecho de Antônio João a Ponta Porã). A presente demanda foi encaminhada a este parlamentar por moradores, produtores rurais, comerciantes, transportadores e demais usuários da referida via, que têm manifestado reiterada preocupação com as precárias condições de trafegabilidade da rodovia. Segundo os relatos recebidos, o trecho apresenta significativo desgaste de sua infraestrutura, com a existência de buracos, deformações no pavimento, falhas na drenagem e outros problemas estruturais que comprometem a segurança dos condutores e passageiros, aumentando consideravelmente o risco de acidentes e de prejuízos materiais. Cumpre destacar que a MS-384 possui relevante função estratégica para a integração regional, servindo como importante ligação entre os municípios de Antônio João e Ponta Porã, além de atender inúmeras propriedades rurais e empreendimentos produtivos instalados ao longo de sua extensão. Dessa forma, sua adequada conservação constitui medida indispensável para assegurar o direito fundamental de locomoção, a eficiência logística e a promoção do desenvolvimento econômico sustentável da região. Sob a ótica do interesse público, a manutenção e a recuperação das rodovias estaduais configuram dever inerente à Administração Pública, em observância aos princípios constitucionais da eficiência, da segurança, da continuidade dos serviços públicos e da supremacia do interesse coletivo, previstos no artigo 37 da Constituição Federal. Além disso, uma infraestrutura viária adequada representa elemento essencial para a garantia da dignidade da pessoa humana, da segurança no trânsito e do desenvolvimento regional equilibrado. Ressalte-se que as condições atualmente verificadas na MS-384 têm causado transtornos diários aos usuários, elevando os custos de transporte, dificultando o acesso aos serviços públicos essenciais, comprometendo o deslocamento de estudantes, trabalhadores e pacientes e impactando negativamente as atividades econômicas locais, especialmente aquelas ligadas ao agronegócio, setor de fundamental importância para a economia sul-mato-grossense. Diante desse cenário, revela-se imprescindível que sejam realizados estudos técnicos por parte dos órgãos competentes, especialmente da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e da Agência Estadual de Gestão de

Empreendimentos (Agesul), visando diagnosticar as necessidades do trecho e viabilizar a execução das intervenções necessárias para sua recuperação, restabelecendo condições adequadas de segurança, trafegabilidade e eficiência logística. Por tais razões, considerando a legitimidade do pleito apresentado pela população local, o relevante interesse público envolvido e a necessidade de preservação da infraestrutura rodoviária estadual, espera-se o acolhimento da presente solicitação pelo Governo do Estado, em benefício dos cidadãos que utilizam diariamente a referida rodovia e de toda a região atendida pela MS-384. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados, deputadas e todos que estão hoje aqui no Plenário. Tenho uma indicação, senhor presidente, ao nosso Excelentíssimo Senhor governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, solicitando a adoção das providências necessárias para a imediata nomeação dos quatrocentos e quarenta e sete candidatos aprovados no concurso público de provas e títulos da Secretaria de Estado de Administração (SAD), da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), e da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, homologado em 19 de junho de 2026, sendo trezentos e trinta investigadores de Polícia Judiciária e cento e dezessete escrivães de Polícia Judiciária, em razão da necessidade de recomposição do efetivo da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul. A presente solicitação fundamenta-se em pleito encaminhado a esta parlamentar pelo Sindicato dos Policiais Cíveis de Mato Grosso do Sul (Sinpol), bem como na necessidade, amplamente reconhecida, de recomposição do efetivo da Polícia Civil, diante do déficit de servidores verificado em diversas unidades policiais da capital e do interior do estado, cenário que vem impactando diretamente a prestação dos serviços de Polícia Judiciária, as atividades investigativas, o atendimento à população e o enfrentamento da criminalidade, exigindo, portanto, a adoção de providências que fortaleçam a capacidade operacional da instituição.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputada, eu posso assinar essa indicação junto com a senhora?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Com certeza, deputado.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado!

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — O senhor, que vem da Polícia Civil, com certeza terá sua assinatura recebida como coautor desta indicação.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado, deputada!

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Senhor presidente, apresento também outra indicação ao nosso governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), solicitando a realização de estudos técnicos visando à elaboração de projeto e à posterior execução de obras de alargamento da rodovia MS-316, bem como à adequação e melhoria dos acessos às chácaras localizadas no trecho compreendido entre o córrego Maranhense e a área de reciclagem, no município de Costa Rica. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo vereador Magno dos Santos, da Câmara Municipal de Costa Rica. Apresento ainda outra indicação ao nosso governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Turismo, Esporte e Cultura, senhor Alessandro Menezes de Souza, e ao diretor-presidente da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul (Fundesporte), senhor Paulo Ricardo Martins, solicitando a destinação de materiais esportivos, especialmente bolas para as modalidades de futebol, futsal, voleibol, basquetebol, handebol, entre outras, destinados aos projetos e às escolas de esporte do município de Costa Rica. Essa indicação também atende ao pedido formulado pelo vereador Magno dos Santos de Almeida, da Câmara Municipal de Costa Rica. Por fim, senhor presidente, apresento uma última indicação ao nosso governador Eduardo Riedel, também com cópia ao secretário de Estado de Turismo, Esporte e Cultura, senhor Alessandro Menezes de Souza, e ao diretor-presidente da Fundesporte, senhor Paulo Ricardo Martins, solicitando a destinação de recursos para a realização de serviços de recuperação e manutenção da grama sintética do campo de futebol society, localizado no distrito de Bela Alvorada, no município de Paraíso das Águas. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo vereador Edson da Oficina, da Câmara Municipal de Paraíso das Águas. É o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Senhor presidente, trago hoje uma única indicação para que, após ouvido o colendo Plenário, seja encaminhado expediente ao superintendente regional do Incra, senhor Paulo Roberto da Silva, solicitando a adoção, com a máxima urgência, das providências necessárias para a correção das inconsistências técnicas verificadas nos títulos de domínio emitidos às famílias do Assentamento Aldeia, localizado no município de Bataguassu, tais como defeitos gráficos que comprometem a leitura dos títulos, falhas no QR Code de autenticação, omissões relativas ao término das prestações da parcela onerosa, entre outras, a fim de viabilizar o registro definitivo dos imóveis e garantir a regularização fundiária

dos assentados. Esse é um pedido que vem da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Aldeia, do município de Bataguassu. Estive acompanhando a entrega dos títulos e foram mais de cento e cinquenta títulos definitivos de posse das propriedades dos assentados entregues pelo Incra. Ocorre que, por falhas na documentação ou na emissão desses títulos, eles não estão conseguindo efetuar o registro em cartório em razão das inconsistências existentes, o que acabou gerando um grande mal-estar, pois os assentados comparecem ao cartório e têm a documentação devolvida sob a alegação de que ela não permite a regularização e o registro definitivo. Por essa razão, estou encaminhando essa solicitação ao Paulinho, superintendente do Incra, para que verifique o que ocorreu e adote, com a máxima urgência, as providências necessárias, já que foi criada uma expectativa muito grande e essas famílias aguardaram por muito tempo a entrega desses títulos, enfrentando agora dificuldades justamente no momento de realizar o registro em cartório. Assim, essa indicação é dirigida ao superintendente do Incra para que essa situação seja solucionada e possamos efetivamente concluir a entrega desses documentos, propiciando aos assentados do Assentamento Aldeia, bem como aos demais assentados que também receberam títulos em outras regiões do estado, a obtenção de suas escrituras e do documento definitivo de propriedade. Esse é o pedido que encaminhamos, atendendo à solicitação da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Aldeia, do município de Bataguassu. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, cumprimento a todos que nos assistem, bem como aqueles que acompanham esta Sessão pela TV ALEMS, pelas mídias digitais e também os que nos prestigiam com suas presenças no Plenário. Cumprimento, ainda, todos os servidores desta Casa. Senhor presidente, faço uso do Pequeno Expediente para apresentar duas indicações e duas moções. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor secretário de Estado de Educação, Hélio Queiroz Daher, solicitando a viabilização da destinação de recursos para a aquisição de quarenta e oito computadores destinados à Escola Estadual Projeto de Assentamento Uirapuru, localizada no município de Nioaque. O presente pleito atende à solicitação formulada pelo vereador Jorge Fernando Lemes, da Câmara Municipal de Nioaque, encaminhada a este gabinete por meio de ofício e requerimento, conforme documentos anexos. Apresento também indicação à Mesa Diretora para que, após ouvido o colendo Plenário, seja encaminhado expediente ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, reiterando a Indicação nº 04636/2025, a fim de que sejam adotadas as providências necessárias para a destinação de veículos automotores às

forças de segurança pública do município de Nioaque, contemplando o Destacamento do 4º Pelotão da Polícia Militar e a Delegacia de Polícia Civil. A presente indicação também atende à solicitação formulada pelo vereador Jorge Fernando Lemes, conforme ofício e requerimento anexos. Moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor José Alves de Oliveira, carinhosamente conhecido como "Zé Tombado", em reconhecimento à sua admirável trajetória de serviço comunitário, preservação cultural, promoção da convivência social e valorização da identidade coximense. Zé Tombado é muito mais do que uma figura conhecida em Coxim; é um verdadeiro patrimônio humano da cidade. Há mais de três décadas, com simplicidade, alegria e profunda generosidade, mantém viva uma tradição que ultrapassa o simples ato de servir alimento, pois o caldo preparado e distribuído gratuitamente às quartas e sextas-feiras tornou-se símbolo de acolhimento, solidariedade e união comunitária. Moção de pesar. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Eron Mascarenhas Bittencourt, falecido no dia 1º de julho de 2026, no município de Campo Grande. O senhor Eron Mascarenhas Bittencourt foi um cidadão respeitado e admirado por sua conduta íntegra, pelos valores que cultivou ao longo da vida e pelo exemplo de fraternidade deixado a todos os que tiveram o privilégio de conviver com ele. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigida nos termos que se seguem. Era só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 02027/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 02020/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: dez indicações (Prot. nºs 02031/2026, 02021/2026, 02019/2026, 02015/2026, 02014/2026, 02013/2026, 02012/2026, 02008/2026, 01993/2026, 01992/2026); quatro requerimentos (Prot. nºs 02018/2026, 02017/2026, 02016/2026, 02007/2026); três moções de congratulação (Prot. nºs 02005/2026, 02004/2026, 02003/2026). De autoria do deputado Jamilson Name: três indicações (Prot. nºs 02002/2026, 01997/2026, 01991/2026); quatro moções de congratulação (Prot. nºs 02009/2026, 01996/2026, 01995/2026, 01994/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 01974/2026, 01973/2026, 01972/2026). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 02029/2026). De autoria da deputada Mara Caseiro: um projeto de resolução (Prot. nº 02010/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 02028/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 02030/2026). De autoria do deputado Pedrossian Neto: quatro indicações (Prot. nºs 02001/2026, 02000/2026, 01999/2026, 01998/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 02026/2026, 02025/2026, 02024/2026); um projeto de resolução (Prot. nº 02023/2026).). Eu gostaria de registrar e agradecer a presença da senhora Graziela Schutz, vereadora do

município de Aral Moreira. Sei que os senhores deputados ainda estão tristes com a derrota para a Noruega; isso faz parte. Aliás, o nosso futebol já vem sofrendo há algum tempo; mas hoje tem Argentina x Egito. Para quem comemorou aqui a vitória do Paraguai... Mesmo perdendo, o Paraguai viveu uma grande festa e nós não conseguimos fazer a mesma coisa. Hoje, "los hermanos" argentinos enfrentam o Egito.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Ficamos tristes, mas no ano que vem teremos a Copa do Mundo Feminina, que será realizada aqui no Brasil. Então, é importante continuarmos torcendo e acreditando que, no próximo ano, teremos vitória.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aliás, torcer faz parte do espírito do brasileiro. A minha esposa falou: "Ainda bem que acabou o sofrimento". Aí eu respondi: "Você esqueceu que eu sou corinthiano?".

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu também.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Então o sofrimento continua.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — A gente continua sofrendo com o Corinthians.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência disporá de dez minutos para seu pronunciamento.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, há uma questão que me preocupa há bastante tempo. Já tive oportunidade de conversar sobre esse assunto com o governador Eduardo Riedel — quando ele ainda era secretário de Governo na gestão do governador Reinaldo Azambuja — e também com a então secretária de Estado de Educação. E no início desta gestão, levei novamente essa preocupação ao atual secretário de Educação e, no entanto, percebo que o problema continua, persiste. Refiro-me à burocracia enfrentada hoje pelos professores das escolas estaduais. Fico muito preocupado porque o ambiente que esses profissionais estão vivenciando nas escolas é de intensa pressão, situação que tem levado muitos deles ao adoecimento. Tenho recebido depoimentos de professores e professoras relatando que estão adoecendo e que muitos, inclusive, encontram-se em tratamento

psiquiátrico, tomando medicamentos para ansiedade e depressão, alguns inclusive afastados por licença médica. Fico muito preocupado, porque precisamos discutir a saúde mental dos educadores e dos professores. Nós já sabemos, por meio de pesquisa realizada pela CNTE — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação —, que a categoria é acometida, em grande medida, pela chamada Síndrome de Burnout, também conhecida popularmente como "Síndrome do Motor Fundido". São profissionais que, após muitos anos de atuação em sala de aula, acabam se desgastando física e emocionalmente, perdendo a energia necessária para desenvolver suas atividades com qualidade e comprometendo o trabalho docente, sendo que muitos precisam se afastar por licença médica para tratamento psiquiátrico. Essa realidade tenho constatado com muita frequência quando visito as escolas e converso com professores. A reclamação é geral, senhor presidente. Já tive a oportunidade de levar ao Governo essa preocupação com o excesso de burocracia enfrentado atualmente pelos professores. Muitos dizem que perdem grande parte do tempo preenchendo relatórios e planilhas, deixando de atender melhor os alunos e de se preparar adequadamente para as atividades em sala de aula. Além disso, existe uma forte pressão para a promoção dos alunos, muitas vezes sem que haja condições para isso. Vejam que absurdo: agora, no final do semestre, o professor tem apenas três dias para realizar a recuperação dos estudantes, justamente com o objetivo de promover aqueles que apresentam defasagem de aprendizagem. E o que mais me espantou foi saber que alunos que sequer frequentaram as aulas durante o semestre, acumulando inúmeras faltas e que, inclusive, poderiam ser reprovados por esse motivo, chegam ao período de recuperação e acabam sendo aprovados, tendo suas faltas abonadas. Isso estimula os alunos a deixarem de frequentar as aulas, pois acaba sendo um prêmio para quem falta excessivamente e, ao final, ainda tem suas ausências desconsideradas. Fiquei realmente assustado com essa situação, porque isso transforma a educação em um verdadeiro "faz de conta", gerando frustração e insatisfação entre os professores, que são pressionados a agir em conformidade com orientações superiores. Além disso, há hoje um controle excessivo sobre as escolas. A escola, por exemplo, já não tem autonomia, deputada, sequer para realizar uma palestra. Se pretende promover uma atividade dessa natureza, precisa encaminhar um ofício solicitando autorização ao CRE, e esses Centros Regionais de Educação exercem intensa fiscalização e pressão sobre as unidades escolares e sobre os professores. Com isso, a escola perdeu sua autonomia pedagógica. Assim, se existe um projeto escolar ou a intenção de convidar um palestrante externo, tudo precisa passar pelo crivo do CRE ou da Secretaria de Estado de Educação e, sem autorização, a atividade simplesmente não pode ser realizada. Considero isso um absurdo. Quando fui secretário de Estado de Educação, um dos nossos principais objetivos era justamente fortalecer a autonomia das escolas e dos colegiados escolares, fazendo com que a gestão democrática fosse efetivamente praticada. Naquela época, quando a escola decidia desenvolver um projeto ou uma atividade

extraclasses, tinha plena liberdade para executá-los. Hoje, porém, o que observamos é um excessivo centralismo, aliado a um controle e a uma fiscalização que deixam os professores insatisfeitos e indignados, refletindo diretamente no rendimento desses educadores que, em grande parte, sofrem com a preocupação excessiva com a burocracia. O que quero colocar aqui é a questão que muito me preocupa: a saúde mental dos professores, dos educadores e dos diretores de escola. Hoje, as escolas vivem um ambiente que favorece o adoecimento e digo isso porque ontem tomei conhecimento da situação de uma grande amiga, diretora de uma escola no interior do estado. Eu não sabia, mas fiquei sabendo que ela entrou em uma profunda depressão, desenvolveu síndrome do pânico e precisou se afastar da escola. Trata-se de uma pessoa fantástica, extremamente dedicada à sua escola e às suas atividades como educadora, que agora está em casa, sem sequer falar com os amigos ou atender ao telefone. É uma situação gravíssima, decorrente de fatos ocorridos no ambiente escolar. Sem falar que já ouvi muitos outros educadores dizendo: "Olha, nós estamos adoecendo, precisamos de ajuda". Por isso, faço aqui um apelo à Secretaria de Estado de Educação para que reveja algumas práticas, especialmente esse excesso de burocracia, essa pressão e esse controle, que chegam ao ponto de exigir a aprovação de alunos sem condições, de abonar faltas e de pretender recuperar um semestre inteiro em apenas três dias de recuperação. Acho que precisamos promover um debate sério e profundo sobre o que está acontecendo no interior das escolas. Faço essa manifestação em nome de muitos educadores que têm nos procurado, enviado mensagens pelo Instagram e pelo WhatsApp, dizendo: "Deputado, faça alguma coisa por nós. Está difícil, está muito difícil". Aquilo que deveria ser um espaço de construção do conhecimento, de relações humanas fraternas e de convivência saudável, hoje deixa de cumprir esse papel. O professor, que por vocação escolheu essa profissão e deveria encontrar realização em sala de aula, desenvolvendo um trabalho que lhe proporcionasse satisfação como profissional e como educador, acaba vivendo uma verdadeira tortura. Por isso, é preciso que a Secretaria de Estado de Educação ouça mais aqueles que estão no chão da escola. Vejo que falta diálogo, falta esse espírito democrático de ouvir as bases, de escutar quem enfrenta diariamente salas superlotadas e, muitas vezes, trabalha com alunos que necessitam de atendimento especializado e de uma atenção diferenciada e individualizada. É esse o apelo que fazemos nesta tribuna. Senhor presidente, aproveito também para registrar a presença da nossa querida vereadora de Mundo Novo, Eliete, mais conhecida como Neguinha do PT. Seja muito bem-vinda, minha querida. Um beijo.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Aproveito também para cumprimentar meu amigo Toninho da Importadora. Lembro até hoje do café e das chipas que eu comia na sua casa quando era guri, ao lado do meu saudoso pai. Seja muito bem-vindo, Toninho.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos também a presença da vereadora Eliete Feitosa, do município de Mundo Novo. Muito obrigado pela presença. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, há vinte e um senhores deputados e deputadas presentes. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Já convido Vossa Excelência para o escrutínio aqui na Mesa. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 246/2025. Autora: deputada Gleice Jane. "Dispõe sobre o direito de os servidores públicos ativos que registrarem boletim de ocorrência na condição de vítimas de crime, contravenção penal ou ato infracional informarem o endereço funcional em substituição ao endereço residencial no registro do boletim de ocorrência". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Parabéns, deputada, pelo projeto bem elaborado e de grande importância.

Projeto de Lei nº 00246/2025, de autoria da deputada Gleice Jane.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO MODESTO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Quero apenas explicar mais uma vez que estamos tratando de pessoas que são vítimas de violência no local de trabalho, ou seja, servidores públicos que muitas vezes têm dificuldade para registrar um boletim de ocorrência porque precisam informar o endereço de suas residências e, justamente por serem vítimas de violência no exercício de suas funções, temem também sofrer represálias em suas casas. Portanto, trata-se de uma medida específica para situações de violência ocorridas no ambiente de trabalho. O servidor público não está autorizado a deixar de informar o endereço residencial em qualquer circunstância, mas apenas nesses casos específicos, como forma de garantir sua segurança e, ao mesmo tempo, incentivar que essas ocorrências sejam efetivamente registradas, permitindo que possamos conhecer a dimensão desse problema e, a partir desses dados, formular políticas públicas de prevenção e enfrentamento da violência. Estamos falando de todos os tipos de violência e, principalmente, de um contexto em que a maioria das vítimas no serviço público é composta por mulheres, especialmente na educação, com as professoras, e na saúde, com profissionais da enfermagem, médicas e demais trabalhadoras da área. Essa medida também permitirá identificar a quantidade de casos, em que circunstâncias eles ocorrem e como podemos construir políticas públicas mais efetivas para proteger esses profissionais. Obrigada.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Senhor presidente, quero parabenizar a deputada Gleice Jane pela sensibilidade na apresentação deste projeto de lei. Esse projeto surgiu, de fato, da escuta, dos relatos e da audiência pública que Vossa Excelência realizou aqui na Assembleia Legislativa. Também nasceu no âmbito da Frente Parlamentar em Defesa dos Profissionais de Saúde de Mato Grosso do Sul, considerando que esses profissionais têm sido constantemente hostilizados e atacados, muitas vezes em razão de problemas que não decorrem de sua atuação, mas de falhas de gestão ou da falta de insumos. Apesar disso, são justamente os servidores que estão na linha de frente, salvando vidas diariamente, que acabam sofrendo agressões e hostilizações em UPAs, unidades de saúde e hospitais, como infelizmente já presenciamos em Mato Grosso do Sul, tanto em Campo Grande quanto em Dourados e em outros municípios. Esse projeto de lei surgiu justamente desse pedido de socorro dos servidores da educação e, em especial, dos profissionais da saúde, que, ao serem agredidos e procurarem registrar boletim de ocorrência, acabavam ficando ainda mais expostos ao informar seus endereços residenciais. Assim, a proposta representa uma forma de garantir a integridade física e psicológica desses profissionais. Parabéns, mais uma vez, deputada Gleice Jane, pela sensibilidade e pela apresentação de um projeto tão oportuno, que evidencia, sobretudo, o verdadeiro papel da Assembleia Legislativa: ouvir a sociedade, acolher suas demandas e buscar soluções adequadas para os problemas apresentados. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 075/2026. Autor: Poder Executivo. "Dispõe sobre a cessão de servidores efetivos das carreiras da Secretaria de Estado de Fazenda e da Procuradoria-Geral do Estado ao Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (Cgibs)." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 075/2026, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO MODESTO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Encerrada a votação, solicito o resultado ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 047/2026. Autor: deputado Pedrossian Neto. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul a Fejunavi – Festa Junina de Naviraí". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 047/2026, de autoria do deputado Pedrossian Neto.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO MODESTO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Encerrada a votação, solicito o resultado ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, eu gostaria de solicitar o destaque na moção de protesto feita pelo deputado Pedro Kemp, sob o nº 1927/2026.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Destacada, então. Estamos votando seis requerimentos, vinte e duas indicações, duas moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Em destaque, pelo deputado Coronel David, Moção de Protesto nº 1.927/2026, de autoria do deputado Pedro Kemp, direcionada ao senador Flávio Bolsonaro. Em discussão...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Para discutir, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, chamo novamente a atenção para o fato de que há tantos assuntos importantes de Mato Grosso do Sul para discutirmos nesta Casa e, ainda assim, a bancada do PT, especificamente o deputado Pedro Kemp, traz mais uma narrativa criada pela esquerda, consumindo, inclusive, o nosso tempo, que poderia estar sendo utilizado para debater temas muito mais relevantes. Entretanto, para não permitir que essa narrativa prevaleça, solicitamos o destaque desta moção de protesto, uma vez que ela alega, senhor presidente, que o senador Flávio Bolsonaro teria colocado à disposição de autoridades norte-americanas uma eventual equipe de transição de seu governo, caso venha a vencer as eleições. Ora, senhor presidente, isso, na verdade, demonstra aquilo que um eventual governo de Flávio Bolsonaro pretende fazer caso seja eleito, ou seja, adotar uma postura que, segundo o entendimento do orador, o atual governo

do PT não adota. Inclusive, hoje, no evento que está sendo realizado nos Estados Unidos, o representante do Brasil na discussão sobre o "tarifaço" imposto pelos Estados Unidos é o Flávio Bolsonaro. O governo do descondenado [sic] Lula não colocou ninguém do Itamaraty para participar desse tipo de discussão, senhor presidente, o que demonstra o abandono do Governo com relação a questões realmente importantes para a população brasileira. Assim, fica registrado, senhor presidente, que essa moção de protesto apresentada pelo deputado Pedro Kemp foge dos temas de maior interesse desta Casa e, além disso, sustenta uma narrativa mentirosa. Somente isso, senhor presidente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Para discutir, com a palavra, o autor, deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Essa moção de protesto está até muito amena. Na verdade, ela deveria contemplar outras situações envolvendo o que esse senador irresponsável tem feito nos últimos dias. Confesso que achei até risível a colocação feita aqui pelo deputado Coronel David ao afirmar que o governo Lula abandonou as negociações com os Estados Unidos sobre o chamado "tarifaço" e que Flávio Bolsonaro teria ido até lá para salvar o Brasil e discutir esse tema com o governo Trump. O governo brasileiro vem tratando dessa questão há bastante tempo, por meio do ministro das Relações Exteriores e de outros técnicos que acompanham essas negociações. O que ocorreu foi que o irresponsável Flávio Bolsonaro foi aos Estados Unidos para pedir que o "tarifaço" não entre em vigor agora, mas apenas depois das eleições, sob a alegação de que, caso fosse implementado imediatamente, o governo Lula poderia ganhar a eleição no primeiro turno. Ora, isso me parece uma brincadeira e uma demonstração de enorme irresponsabilidade por parte de um senador da República, que vai aos Estados Unidos, conspirar contra os interesses do Brasil. Sabemos que ele já esteve naquele país em outras ocasiões defendendo medidas que prejudicam as finanças brasileiras e a relação comercial historicamente construída entre Brasil e Estados Unidos, com o objetivo de tentar livrar seu pai da prisão e ganhar a eleição, com bravatas. Inclusive, Donald Trump tem feito manifestações relacionadas ao Pix no Brasil e, agora, o senador se apresenta como defensor do Pix. É um moleque! Na minha opinião, é um moleque, que aparece nas redes sociais fazendo dancinha, talvez como jovem ou como bobo da corte. Isso merece muito mais do que uma moção de protesto. É um senador que pretende disputar a Presidência da República e que está tentando articular contra os interesses do Brasil. Ele não está pedindo ao presidente dos Estados Unidos que deixe de impor o "tarifaço", mas apenas que adie sua implementação em razão do calendário eleitoral. Por isso, é um irresponsável que merece o protesto desta Casa.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Para discutir, com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Discordando da fala do meu antecessor, entendo que, com relação ao Pix, sequer há o que discutir sobre o que foi dito, porque, segundo minha compreensão, sua implementação ocorreu durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Foi o Banco Central.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — ... pelo Banco Central, durante aquele governo, senhor presidente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Que tem autonomia.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Quanto à discussão nos Estados Unidos sobre a tarifa de 25%, segundo o que acompanhei, não existe qualquer proposta de adiamento para depois das eleições. O que existe é a atuação de representantes do setor produtivo brasileiro, que têm argumentado ao presidente Trump e à sua equipe que os prejuízos serão maiores para os Estados Unidos do que para o Brasil, uma vez que vários dos produtos atingidos são importantes para o mercado norte-americano. Cito, por exemplo, o café, cuja produção é insuficiente naquele país, e também a carne bovina, considerando que o rebanho dos Estados Unidos hoje é muito menor do que já foi. Assim, caso deixem de importar do Brasil, terão de buscar fornecedores em outros mercados, como a Austrália, onde os custos são mais elevados. Então, a discussão que eu ouvi o Flávio fazer foi coerente, mostrando para os Estados Unidos que a taxação é ruim para Brasil, mas é muito pior para os Estados Unidos. Então eu acho que ele merece um certo respeito, porque, pelo menos ele não sai desconfiando de pessoas, como desconfiaram do telefone; e a minha verdade justificou, porque foram presos mais sessenta telefones mandados pelos Correios. Lá no Rio de Janeiro foi todo mundo preso. Obedeceram. Mandaram pelos Correios e prenderam os telefones nos Correios, ou seja, seria muito mais seguro mandar para o delegado do que pelos Correios [sic]. Era só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) - Em votação. Solicito primeiro a informação se há quórum para votação, porque está em destaque.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) - Senhor presidente, há quórum de dez deputados aqui no Plenário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) - Não! Você está contando com o virtual. Não posso contar com o virtual. Foi pedido destaque. Tem que ser do Plenário.



SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) - Aqui no Plenário são dez deputados, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) - Está prejudicada a votação. Retiro de pauta esse projeto para ser incluído posteriormente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Vou declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (10h16min).